duos que já são funcionários civis ou militares não carecem de selo, devendo ser selado, com a taxa legal, o exemplar dos que pretenderem nomeação ou contrato.

12.º Que as declarações ou termos só tenham validade quando constem dos modelos fornecidos pela Imprensa Nacional.

13.º Que esta portaria substitua a portaria n.º 8:115, de 27 de Maio de 1935, expedida pelo Ministério da Justiça.

Presidência do Conselho, 5 de Junho de 1935.—O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar*.

MODÉLO N.º 1
Preço \$10

N.º 617 do catálogo-Diversos
(Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)

(a) ...

(b) ...

Nome (em letra bem legível) ...

Lugar que exerce ...

Nos termos do § 1.º do artigo 3.º da lei n.º 1:901, de 21 de Maio de 1935, declaro, pela minha honra, que não pertencço nem jamais pertencerei a associações ou institutos secretos definidos no artigo 2.º da lei acima mencionada.

..., ... de ... de 193 ..

Declaro que a presente assinatura foi feita na minha presença.

(Assinatura do chefe respectivo)

(a) Ministério, corpo administrativo ou corporação administrativa.

(b) Direcção, repartição, serviço ou estabelecimento.

MODÉLO N.º 2
Preço \$10

N.º 618 do catálogo-Diversos
(Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)

(a) ...

(b) ...

Nome (em letra bem legível) ...

Lugar que pretende, desempenha ou desempenhou ...

Aos ... dias do mês de ... de mil novecentos e trinta e ... compareceu perante mim (c) ..., estando presentes as testemunhas abaixo indicadas, o Sr. ..., o qual declarou, pela sua honra, que não pertence nem jamais pertencerá a associações ou institutos secretos definidos no artigo 2.º da lei n.º 1:901.

Testemunhas presentes: (d) ... e ...

(Assinatura do funcionário)

(Assinatura do declarante)

(Assinatura das testemunhas)

(a) Ministério, corpo administrativo ou corporação administrativa.

(b) Direcção, repartição, serviço ou estabelecimento.

(c) Nome e cargo que exerce.

(d) Nomes das testemunhas, indicação de serem maiores ou emancipadas, e do seu estado e profissão.

MODÉLO N.º 3
Preço \$10

N.º 619 do catálogo-Diversos
(Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)

(a) ...

(b) ...

Nome (em letra bem legível) ...

Lugar que pretende ...

Nos termos do artigo 3.º da lei n.º 1:901, de 21 de Maio de 1935, declaro, pela minha honra, que não pertencço nem jamais pertencerei a associações ou institutos secretos definidos no artigo 2.º da lei acima mencionada.

..., ... de ... de 193...

(a) Ministério, corpo administrativo ou corporação administrativa.

(b) Direcção, repartição, serviço ou estabelecimento.

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 92, 1.ª série, de 23 de Abril último, pelo Ministério da Agricultura, 11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, o decreto-lei n.º 25:285, determino que se faça a seguinte rectificação:

Onde se lê: «Artigo 79.º», deve ler-se: «Artigo 97.º».

Em 30 de Maio de 1935.—*António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Conselho de Administração de Jogos

Secretaria

Portaria n.º 8:128

Tendo cessado os motivos que determinaram a publicação da portaria n.º 6:682, de 4 de Fevereiro de 1930;

Demonstrando a experiência que há a maior vantagem em que a fiscalização da indústria dos jogos de fortuna ou azar seja exercida em termos que garantam continuidade nos processos e métodos adoptados;

Conformando-se com a exposição apresentada pelo Conselho de Administração de Jogos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que os fiscais permanentes exerçam indistintamente a fiscalização nas zonas de jogo permanentes ou temporárias.

Ministério do Interior, 5 de Junho de 1935.—O Ministro do Interior, *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 25:460

Considerando que a prática tem demonstrado que os cargos de promotores e de defensores nos tribunais militares territoriais podem ser desempenhados por oficiais dos quadros permanentes, e milicianos no quadro espe-

cial, habilitados com o curso de direito ou com prática dos serviços de justiça, e nomeados para aqueles cargos;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As funções dos actuais promotores e defensores dos tribunais militares territoriais cessam a partir de 10 de Junho de 1935.

Art. 2.º As funções de promotores, defensores e juizes militares dos tribunais militares territoriais serão exercidas, em cada quadrimestre, por oficiais de qualquer arma ou serviço, de preferência habilitados com o curso de direito ou com prática dos serviços de justiça militar, ou milicianos do quadro especial, habilitados com aquele curso, uns e outros de posto não inferior a capitão, quanto aos promotores e defensores, e por oficiais das diversas armas quanto a juizes militares nas condições do Código de Justiça Militar, todos do quadro activo ou da reserva e nomeados pelo Ministro da Guerra.

Art. 3.º Fica revogado, na parte que se refere aos tribunais territoriais, o regulamento dos concursos para os lugares de promotor e defensor perante os tribunais militares, de 27 de Abril de 1911.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Junho de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Aníbal de Mesquita Guimarães* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Duarte Pacheco* — *José Silvestre Ferreira Bossa* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Portaria n.º 8:129

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, aprovar o plano, que a seguir se publica e faz parte integrante desta portaria, da missão médico-veterinária de estudo e de investigação científica, proposta pela Escola de Medicina Tropical, a realizar na colónia de Moçambique (especialmente no distrito de Inhambane e vizinhas regiões de Mucoque e Govuro), com a colaboração de médicos e veterinários da Companhia de Moçambique, dentro dos territórios sob a sua administração, ficando autorizadas as despesas a efectuar, nos termos adiante indicados:

1. Programa da missão:

a) A missão tem, como fim principal, a realização de pesquisas, em seguimento de trabalhos realizados em 1928, tendentes à descoberta dos verdadeiros agentes das enzootias nas indicadas regiões, onde, pela ausência da mósca tsetsé, não é de atribuir-se a esta a propagação daquelas doenças, naquela época verificadas no gado bovino;

b) Acidentalmente, serão executadas outras investigações clínicas e parasitológicas que as circunstâncias tornem oportunas e recomendáveis;

c) Serão reunidas preparações de sangue e exemplares de quaisquer parasitas patogénicos e de artrópodos transmissores, para restaurar e completar as colecções da Escola destinadas ao ensino.

2. Prazo máximo de duração da missão:

Noventa dias, contados do dia do desembarque no porto da Beira até ao do embarque, em viagem de regresso, exclusive.

3. Número máximo de dias de trabalho no campo: setenta.

4. Os resultados das investigações constarão de relatório do respectivo chefe.

5. Composição da missão por parte da Escola:

Chefe da missão: o director da Escola.

Adjunto: o professor auxiliar da cadeira de patologia exótica e clínica.

Preparador: um ajudante de preparador do quadro da Escola.

Servente: um servente do quadro da Escola.

6. Vencimentos:

Além dos vencimentos ordinários correspondentes aos seus cargos serão abonadas ao pessoal da Escola as ajudas de custo e subsídio especial no período de trabalhos no campo constantes da tabela seguinte:

	Ajudas de custo durante o tempo de permanência em África	Subsídio por dia de trabalhos no campo	Totalidade dos abonos durante o prazo máximo da missão
Chefe da missão	500\$00	100\$00	52.000\$00
Adjunto	300\$00	100\$00	34.000\$00
Ajudante de preparador	40\$00	20\$00	5.000\$00
Servente	30\$00	20\$00	4.100\$00
			95.100\$00

7. Verba máxima que a missão pode utilizar para as respectivas despesas, a realizar em conta da dotação competente do orçamento especial da Escola para 1934-1935: 210.100\$, conforme a discriminação que se segue:

Vencimentos extraordinários do pessoal conforme a tabela supra 95.100\$00

Despesas com o material:

Aparelhos e utensílios a adquirir 15.000\$00
 Animais de laboratório a adquirir 500\$00
 Despesas com a alimentação dos mesmos 1.500\$00
 Gasolina e qualquer eventual reparação nos veículos que o pessoal da missão utilizar para o seu transporte 15.000\$00
 Munições 3.000\$00
 Diversos não especificados, incluindo artigos de expediente, reagentes e corantes, artigos fotográficos e pequenas reparações eventuais 16.500\$00

51.500\$00

Pagamento de serviços:

Portes do correio e telégrafo 2.000\$00
 Transportes (passagens para a África): passagens, ida e regresso, em 1.ª classe, do chefe da missão e do adjunto, e, em 3.ª classe, do ajudante de preparador e do servente 44.000\$00